

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1. AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE**, para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativa, estabelecidas nas solicitações da unidade requisitante, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitantes:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21;

**1.4. Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

**1.5. Prazo:** O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Aquisição de protetor solar e repelente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
01	407620	PROTETOR SOLAR Forma Farmacêutica: Gel Creme Tipo de Proteção: UVA/UVB Fator Proteção: Fator 60  Para a proteção dos Agentes de Endemias, que realizam trabalhos externos, os quais se expõe ao sol, e aos raios ultravioletas. Resistência à água e suor; Não oleoso; Frasco com 200 ml/gramas; Validade de 2 anos a partir da data da compra;	Unid.	1900

02	432873	Repelente Princípio Ativo: A base de Deet; Característica Adicional: Isento de Óleo; Forma Farmacêutica: Spray; Composição: Com Aloe Vera; Concentração: Até 10% Para a proteção dos Agentes de Endemias, que realizam trabalhos externos, visando a prevenção de contaminação pelo mosquito Aedes Aegypt. Resistência à água e suor; Não oleoso; Frasco com 200 ml/g; Validade de 02 anos a partir da data da compra.	Unid.	<b>1900</b>
----	--------	--	-------	-------------

**2.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

**2.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 29.325/2023.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição de **PROTETOR SOLAR E REPELENTE**, para suprir as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, pelo período de 1 (um) ano;

**3.3.** A presente aquisição visa suprir as necessidades das unidades requisitantes, uma vez que, a presente é imprescindível para a proteção dos Agentes de Endemias, pois, diariamente eles realizam trabalhos externos, totalmente expostos as radiações solares e possíveis contaminações pelo mosquito Aedes Aegypty;

**3.4.** Tal aquisição possui o intuito de proporcionar as condições dignas de trabalho para estes servidores que devido as suas atividades, estão sujeitos as adversidades dos mais variados ambientes a que se expõem.

**3.5.** Os produtos solicitados são indispensáveis, tendo em vista a necessidade de aplicação/reaplicação de repelente e de protetor solar durante o dia, evitando-se assim,

que contraíam doenças transmitidas por mosquitos, como por exemplo, o mosquito da Dengue (*Aedes Aegypti*), e também o câncer de pele.

**3.6.** A presente aquisição de protetor solar e repelente, visa atender a unidade pelo período de 1 (um) ano. O Quantitativo foi baseado no número de agentes do quadro funcionários atuais, quais sejam, 79 (setenta e nove) agentes, levando em consideração que são utilizados em torno 2 (dois) protetores para cada agente mensalmente ( $79 \times 2$ ), o que perfaz o montante de 158 unidades. Totalizando o valor de 1.896 (mil e oitocentos e noventa e seis) unidades de protetores solares no ano ( $158 \times 12$ ). A margem de segurança foi calculada com base no cálculo da soma de  $0,2\% = 4$  unidades sobressalentes, dando um total de 1.900 unidades, que devem-se ao fato de haver perdas e/ou outras ações da unidade requisitante.

**3.7.** Informa-se ainda que, não houve contratação anterior para os objetos demandados, motivo pelo qual a unidade de saúde requisitante justificou não possuir o histórico de consumo dos itens solicitados.

**3.8.** Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**4.1. AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE**, para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, pelo período de 1 (um) ano.

**4.2.** A presente aquisição possui o intuito de proporcionar as condições dignas de trabalho para estes servidores que devido as suas atividades, estão sujeitos as adversidades dos mais variados ambientes a que se expõem.

**4.3.** A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

**4.4.** A unidade requisitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para a melhor resolução do problema ou alcance do objeto esperado como a acima descrita.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

**5.2.** Atender às solicitações nos prazos estipulados;

**5.3.** Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitantes;

**5.4.** Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

**5.5.** Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

**5.6.** Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

**5.7.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

**5.8.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

**5.9.** Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

**5.10.** Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

**5.11.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.11.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os

Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento) (Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).

**5.12.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**6.1.** O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

**6.2.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada unidade requisitante:

**6.2.1. Rua Augusto Cardoso, nº 62 – Centro, Nova Friburgo-RJ.** Horário de segunda-feira a sexta-feira das 08:00h às 17:00h;

**6.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**6.4.** Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**6.5.** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**6.6.** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

**6.7.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**7.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

<b>SERVIDOR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Felipe Souza de Oliveira	207.010	Fiscal Titular
Marcelo Miller Martins Costa	207.004	Fiscal Substituto
Hanna de Paula Delatorre Costa	063.414	Gestor Titular
Diana Roque Ecard	063.230	Gestor Substituto

**7.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

**7.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

**7.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**7.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**7.8.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

**7.9.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

**7.10.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

**7.11.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

**7.12.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

**7.13.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.4 deste Termo de Referência;





**8.2.** Para exigências de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.2.1. Habilitação jurídica**

**8.2.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.1.2. Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU), sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.2. Qualificação Econômico-Financeira**

**8.2.2.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**8.2.3. Qualificação Técnica**

**8.2.3.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (CNPJ), em plena validade;

**8.2.3.2.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.2.3.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.2.3.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação,



endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

**9.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**9.2.1.** Gestão/Unidade: Subsecretaria de Vigilância em Saúde;

**9.2.2.** Fonte de Recursos: 1600;

**9.2.3.** Programa de Trabalho: 30001.10.302.00852.203;

**9.2.4.** Elemento de Despesa: 33.90.30-08;

**9.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**10.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493 de 07 de novembro 2023.

**10.2.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 2.493 de 07 de novembro 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**10.2.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.2.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.2.3.** FGTS;

**10.2.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.2.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.2.6.** Estadual CND – Referente ao ICMS;

**10.3.** A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**10.4.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento;

**10.5.** Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

**10.6.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**10.6.1.** O prazo de validade;

**10.6.2.** A data da emissão;

**10.6.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**10.6.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**10.6.5.** O valor a pagar;

**10.6.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

**10.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

**10.8.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

**10.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**10.9.1.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**10.9.2.** Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**10.10.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

**10.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**10.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**10.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

**10.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**10.15.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**10.16.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.2. Comete infração administrativa:

11.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

- 11.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 11.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 11.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 11.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 11.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 11.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - 11.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 11.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 11.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 11.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.4. Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:
- 11.4.1. Advertência;
  - 11.4.2. Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 11.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 11.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21.
- 11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 29.325/2023

RUBRICA: \_\_\_\_\_ FOLHA: \_\_\_\_\_

**12.1.** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

**12.2.** O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

Nova Friburgo/RJ, 29 de fevereiro de 2024.

Termo de Referência elaborado por:

Hanna de Paula Delatorre Costa  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Mat. 063.414

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

---

**Gabriel Costa Wenderroschy**  
Secretário Municipal de Saúde  
**Matr.: 063.454**